Notícias do dia 26 de outubro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 10 | Número de veículos: 7

JORNAL O HOJE - GO - CAPA
TCE - GO
Reconstrução de rodovias pela Agetop provocou prejuízo de R$ 5 milhões . . . 3

JORNAL O HOJE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Novo rombo - XADREZ . . . 4

JORNAL O HOJE - GO - CIDADES
TCE - GO
Asfalto sem garantia causou prejuízo de mais de R$ 5,2 mi . . . 5

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Tem início a sessão ordinária híbrida desta terça-feira, 26 . . . 7

A REDAÇÃO - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
Conselho de Transparência lança concurso de artigos científicos . . . 8

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Pauta de hoje tem projetos parlamentares, do Executivo e do TCE . . . 10

JORNAL O HOJE ON-LINE - GO - CIDADES
TCE - GO
Reconstrução de rodovias pela Agetop provocam prejuízos de R$ 5 milhões . . . 13

BRASIL EM FOLHAS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Pauta de hoje tem projetos parlamentares, do Executivo e do TCE . . . 14

BRASIL EM FOLHAS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Tem início a sessão ordinária híbrida desta terça-feira, 26 . . . 15

GAZETA PLAY - POLÍTICA
TCE - GO
Pauta de hoje tem projetos parlamentares, do Executivo e do TCE . . . 16

Reconstrução de rodovias pela Agetop provocou prejuízo de R$ 5 milhões

Fiscaliação do **Tribunal de Contas do Estado** (TCE) em 20 trechos de rodovias goianas apontou irregularidades na durabilidade do serviço e a exigência do cumprimento da garantia legal de obras de infraestrutura. O descumprimento das medidas provocou um prejuízo aos cofres públicos de R$ 5,4 milhões. Os trechos precisaram de manutenção e reconstrução. Programa Rodovida da antiga Agetop teve irregularidade em 84% das amostras coletas pelo órgão

Site:
https://ohoje.com/public/imagens/fotos/amp/2021/10/5463.pdf

Novo rombo - XADREZ

VENCESLAU PIMENTEL

Na gestão do ex-presidente da antiga Agetop, hoje Goinfra, Jayme Rincón, o **Tribunal de Contas do Estado** detectou um rombo de R$ 5,2 milhões por falta de exigência de garantia por pavimentação de rodovias mal realizada. O órgão assegura que Rincón foi avisado da irregularidade, mas que não teria tomado as providencias para sanar o problema.

Site:
https://ohoje.com/public/imagens/fotos/amp/2021/10/5463.pdf

Asfalto sem garantia causou prejuízo de mais de R$ 5,2 mi

Maiara Dal Bosco

Fiscalização do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) apontou irregularidades em 84% dos 912 km de estradas goianas escolhidas como amostra, em estudo de 20 trechos, edificadas pela antiga Agência de Trasporte e Obras (Agetop). As obras de pavimentação faziam parte do Programa Rodovida.

No quesito durabilidade dos serviços e exigência do cumprimento da garantia legal de obras de infraestrutura do respectivo programa, a auditoria constatou que, além de não exigir o cumprimento da garantia, a Agetop pagou R$ 5.246.612,45 a outras empresas para reconstrução das vias, o que caracteriza dano ao erário.

O relator do processo, **conselheiro Celmar Rech**, mencionou em seu voto que 'os problemas encontrados têm o poder de reduzir a durabilidade das obras, onerar os custos de manutenção das vias, comprometer a trafegabilidade e colocar em risco a vida das pessoas'. Além disso, destacou que o relatório mostra a ocorrência de irregularidades na execução dos serviços decorrentes do programa, sendo que 84% da amostra inspecionada apresentou comprometimento, mesmo se tratando de obras recentes."Com algum tipo de manifestação patológica, como panelas, remendos, trincas localizadas e sistêmicas, afundamentos e desgastes severos", ressaltou.

Ainda, segundo o relator, a Agetop argumentou em suas razões de defesa, apenas, que as contratações não exigiam que a empresa executora fosse responsável pela disponibilização de funcionários mobilizados durante os cinco anos da empreitada. Para tanto, informaram que precisariam de equipe de engenheiros de que não dispunham para tratar da questão, mas que já teriam solicitado a realização de concurso público para suprir essa necessidade.

O **TCE**-GO frisou que a legislação define que os construtores respondam pela garantia dos serviços pelo prazo de cinco anos, mas a Agetop, sob alegação de não dispor de equipe suficiente para controlar a situação, não exigiu os reparos das empreiteiras.

Com relação às justificativas de que as falhas encontradas seriam pontuais e oriundas de limitações de quadro técnico e de falhas de condução de processo pelo setor jurídico, **Celmar Rech** destacou que 'apenas quatro dos 25 subtrechos vistoriados reuniam índices com soma de manifestações patológicas inferiores à média, o que comprova serem as irregularidades sistêmicas'. Portanto, tratando- se de questões recorrentes, inclusive já reportadas, antes por àquela corte, caberia à alta administração priorizar essas ações para regulamentar, alocar recursos, organizar equipes e monitorar a operação para viabilizar, de forma coordenada, o cumprimento da exigência legal em questão.

"Nenhum esforço nesse sentido foi demonstrado nos autos", afirmou.

Prejuízos Durante o trâmite do processo a Agetop chegou a iniciar procedimentos para buscar ressarcimento dos valores pagos, indevidamente, mas nunca os concluiu. O **conselheiro** relator esclareceu que o então presidente da estatal, Jayme Eduardo Rincon, já havia sido alertado anteriormente pelo **TCE** quanto aos defeitos precoces, contudo, não adotou providências para tratar a irregularidade. "Assim, a conduta dos responsáveis e o nexo de causalidade restam configurados mediante a ausência do esperado zelo com vistas ao cumprimento da legislação que culmina com aplicação de multa", concluiu.

Além de multados o expresidente da Agetop e o ex-diretor de manutenção e operação da prestadora de serviço, Francisco Humberto Moreira, a decisão determinou à **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra), sucessora da Agetop, a instauração e conclusão de tomada de contas especial em 180 dias. O procedimento é rito formal para que valores devidos ao sejam restituídos.

A reportagem entrou em contato com a Goinfra, sucessora da Agetop, e solicitou um posicionamento sobre o caso.

Entretanto, não obteve retorno até o fechamento desta edição.

Prejuízos podem comprometer tráfego nas vias e colocar em risco a vida das pessoas, diz relatório do **TCE**-GO

Site:

https://ohoje.com/public/imagens/fotos/amp/2021/10/5463.pdf

Tem início a sessão ordinária híbrida desta terça-feira, 26

No exercício da presidência, o deputado Henrique Arantes (MDB) declarou aberta a sessão ordinária híbrida desta terça-feira, 26. Na pauta de votação desta sessão, constam 64 matérias, que contemplam iniciativas parlamentares, da Governadoria e do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO).

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/120999/tem-inicio-a-sessao-ordinaria-hibrida-desta-terca-feira-26

Conselho de Transparência lança concurso de artigos científicos

Jales Naves

Especial para o AR

Goiânia - O acompanhamento da evolução do Projeto de Transparência nas Organizações Sociais (OSs), de monitoramento, consultoria e avaliação de 34 contratos de gestão vigentes no Estado, em relação aos órgãos supervisores e contratados, foi apresentado na 52ª reunião ordinária do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção em **Goiás** (CTPCC), realizada no dia 1º de setembro, via plataforma zoom. A sessão foi aberta pela chefe de Gabinete da **Controladoria Geral do Estado** (**CGE**), Bruna Toledo Piza de Carvalho Magacho, representando o titular da **CGE**, com a aprovação da ata da reunião anterior; antes de discutir o tema, foi lançado o concurso de artigos científicos que tenham como pauta um dos eixos do Compliance.

Da sessão participou o novo **conselheiro** da Universidade Federal de **Goiás**, professor Kleber Domingos de Araújo, que substituiu o professor Pedro Henrique Evangelista Duarte, cujo mandato se encerrou. Ele é da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da UFG, graduado e com doutorado em contabilidade, não da área pública, e mostrou sua disposição em contribuir com os trabalhos do CTPCC.

A 53ª reunião ordinária do Conselho será nesta quarta-feira, dia 27, às 14h30, pela plataforma zoom. Na pauta, alteração do novo Decreto do CTPCC.

Transparência nas OSs

Ao tratar do item 2 da pauta, ' Evolução do Projeto de Transparência nas OSs ', o secretário-executivo da **CGE**, Diego Ramalho Freitas, esclareceu que em uma das reuniões anteriores a **conselheira** Fabiana Zamaloa, integrante do Ministério Público, falou sobre a importância desse tema. A exposição foi feita pelo superintendente de Governo Aberto, Bruno Carvalho Cavalcante Rolim, explicando que se trata de um acompanhamento da evolução desse trabalho, que é um projeto de monitoramento, consultoria, acompanhamento e avaliação de mais de 34 contratos de gestão vigentes no Estado, em relação aos órgãos supervisores e contratados. Disse que o montante envolvido é em torno de três bilhões de reais, abarcando praticamente toda a área da saúde, e que o cenário atual de transparência "é inaceitável".

Reforçou que o projeto foi pensado em conjunto com o **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), realizando um alinhamento teórico legal e normativo para a execução da avaliação dos portais. Inicialmente foi feito o mapeamento; em seguida, a sensibilização/consultoria, inclusive consultoria individualizada, que originou, para cada contratado e respectivo órgão supervisor, um plano de trabalho. Informou que nos próximos quatro meses terá continuidade o monitoramento e consultoria. De fevereiro até abril haverá as avaliações; logo após, divulgado o ranking e será possível realizar um mapeamento mais claro. A meta é atingir, ao menos, os 75% de transparência, conforme preconizado pela Atricon.

Concurso de artigos científicos

O gerente de Auditoria em Compliance da **CGE**, Adriano Abreu de Castro, discorreu sobre o primeiro Concurso de Artigos Científicos, orientando que seu tema, ' Compliance Público ', poderá ser abordado de forma conjunta ou isolada, como a questão ética, transparência, responsabilização, gestão de riscos e ouvidoria. Ainda, sobre o tamanho do arquivo, público-alvo, premiação, inscrição e submissão dos trabalhos (mais informações no site da **CGE**) e a divulgação do resultado.

Solicitou aos presentes que divulguem a iniciativa e os convidou a se inscreverem, além de reafirmar a importância do certame dentro do Programa de Compliance. O material será disponibilizado em pdf.

Kleber sugeriu a sua divulgação para o pessoal da Controladoria Geral da União e das Universidades de São Paulo (USP) e de Brasília (UnB). Sobre a transparência nas OSs, enfatizou sua importância, especialmente devido ao grande montante movimentado e a pouca divulgação de demonstrativos e relatórios, como já constatou em pesquisas que realizou. Elogiou o concurso e sugeriu mostrar um cronograma em relação às OSs, informando que irá divulgá-lo na Faculdade.

Índice de transparência

Item 3 da pauta, o ' Índice de Transparência ' foi exposto pela representante da Gerência de Acesso à Informação, da Superintendência de Governo Aberto, Bianca Naves Guimarães, explicando que a avaliação dos portais está no segundo ano da parceria com o **TCE**. Relatou o avanço para este ano, considerando a revisão da metodologia e as consultorias individualizadas com os servidores responsáveis pela página de transparência dos 51 órgãos/entidades, que estão sendo avaliados, realizadas de forma virtual. Destacou os normativos de trabalho que regem o prêmio e a metodologia de avaliação da administração direta e indireta, e a execução conjunta do trabalho por um servidor da **CGE** e um do **TCE**, gerando uma avaliação final.

Caso o órgão não concorde com a avaliação existe a possibilidade de recurso; para este ano será possível a apreciação por um colegiado, e que após a apreciação dos recursos divulga-se o resultado final. Salientou a categoria inovação, que é sobre qualquer trabalho de inovação além das exigências legais. Lembrou que a nota do prêmio compõe o ranking do Programa de Compliance Público, frisando que a avaliação, além do diagnóstico para a gestão do portal que também é de responsabilidade da **CGE**, fomenta a cultura da transparência dentro da administração, entre os servidores.

Ressaltou que é feita, ainda, uma avaliação da transparência passiva, por meio de um pedido de acesso à informação, explicitando o cronograma, com a divulgação do resultado em dezembro. Evidenciou que o trabalho do prêmio e a parceria de **CGE** e **TCE** ocorrem em prol da melhoria da transparência, e que busca servir o controle social.

A respeito da avaliação da transparência passiva, Bianca esclareceu que é criado um cliente oculto e feito um pedido de acesso à informação via sistema da Ouvidoria do Estado, sendo analisados cinco itens, dentre conteúdo e formalidade legal.

Transparência invasiva

O servidor Paulo Henrique Abreu de Castro, da Gerência de Disseminação de Dados Públicos da **CGE**, apresentou o item 4, ' Transparência Invasiva ', falando sobre os conceitos de transparência ativa e passiva, e que está sendo criado um novo conceito, a transparência invasiva, para que a informação chegue ao cidadão ainda que ele não queira, e faça diferença na sua vida.

Ressaltou a diferença da transparência ativa e passiva, as falhas de ambas, e como o Controlador criou o conceito de transparência invasiva. Esclareceu que o projeto é uma parceria entre **CGE** e Goinfra, apresentando seu sistema como um "Cenário de Obras", que possui uma série de informações relevantes sobre obras; no momento tem obras somente da Goinfra, mas que já foi pensado para divulgar obras de outros órgãos.

Apresentou resultados do projeto, dentre eles o salto de 19 adoções de obras para mais de 500 adoções neste ano, e demais índices relativos ao trabalho. Registrou que somando o valor de cada obra adotada chegou-se ao montante de dois bilhões de reais, apresentando alguns feedbacks .

Projetos para estudantes

Diego Ramalho contextualizou o projeto Embaixadores da Cidadania, parceria da UFG com a **CGE**, onde foi feito o teste de transparência invasiva. O professor Kleber, ao propor assuntos para a pauta, indicou a questão das informações sobre obras.

O Secretário-Executivo da **CGE** informou que na semana seguinte seria lançado o projeto Estudantes de Atitude, que tem uma meta ousada para este ano, de atender 500 escolas.

Bruna falou sobre a adequação do Estado à Lei Geral de Proteção de Dados, informando que será editado um decreto para a capacitação dos servidores, de forma conectada com essa legislação.

Site:
https://www.aredacao.com.br/noticias/158186/conselho-de-transparencia-lanca-concurso-de-artigos-cientificos

Pauta de hoje tem projetos parlamentares, do Executivo e do TCE

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) realiza nesta terça-feira, 26, a primeira sessão deliberativa da última semana de votações do mês de outubro. Na Ordem do Dia constam, para apreciação dos deputados, 64 matérias que contemplam iniciativas parlamentares, da Governadoria, e do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO).

A sessão, com início às 15 horas, será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getulino Artiaga, e outra parte diretamente de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Para a reunião, a pauta traz 21 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva e 39 em fase de primeira apreciação. Podem ser analisados, também, dois projetos de lei do Poder Executivo em definitivo e, em apreciação única, um veto parcial a projeto de lei aprovado anteriormente pelos parlamentares, além de um parecer prévio, oriundo do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva destacam-se as duas propostas da Governadoria que promovem alterações na Lei nº 20.491, de 25 de julho de 2019, a qual estabelece a organização administrativa do Poder Executivo. O primeiro desses projetos é o de nº 7674/21, cujo texto versa sobre a inserção do Conselho Estadual de Irrigação entre as unidades que compõem a estrutura básica da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa).

De acordo com justificativa apresentada, a reordenação institucional da Seapa atende à necessidade de compatibilização da legislação alterada com a Lei nº 18.995, de 3 de setembro de 2015, e também para a facilitação da consulta e da manutenção do arcabouço Legislativo goiano. "O ato normativo em referência, ao dispor sobre a Política Estadual de Agricultura Irrigada, instituiu o referido conselho na estrutura básica do órgão responsável pelos projetos de irrigação de interesse de **Goiás** sem, contudo, mencioná-lo no diploma que rege a organização administrativa estadual", coloca o governador Ronaldo Caiado (DEM), em mensagem à **Alego**.

Já o projeto de lei nº 7750/21 altera a referida legislação com o objetivo de, especificamente, modificar a estrutura organizacional da **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra). A medida cria, com os respectivos cargos de provimentos em comissão, a Assessoria de Assuntos Ambientais, unidade da estrutura básica, vinculada ao gabinete do presidente da Goinfra; e, também, a Gerência de Melhoramentos Rodoviários e Urbanos, unidade da estrutura complementar, vinculada à Diretoria de Manutenção.

A criação da Assessoria de Assuntos Ambientais busca regularizar e segregar as competências da Assessoria Estratégica da Presidência, que atualmente possui dois cargos de Assessor Especial, símbolo DAS-4. Dessa forma, as competências serão desmembradas entre as ações ambientais e as demais atividades de assessoramento. De acordo com justificativa do Governo, isso proporcionará uma melhor gestão das unidades.

Por sua vez, a criação da Gerência de Melhoramentos Rodoviários e Urbanos tem a finalidade de viabilizar a execução de obras para melhorar as condições de tráfego nas rodovias estaduais e nas cidades goianas. Essa unidade administrativa será competente para analisar, orçar, gerenciar e executar os projetos de melhorias dos pavimentos asfálticos rodoviários e dos municípios decorrentes de convênios firmados pela Goinfra.

Concursos públicos

Também para votação definitiva, a pauta da sessão ordinária de hoje traz o projeto de lei nº 4586/19, de autoria do deputado Antônio Gomide (PT), que versa sobre prazo mínimo de requerimentos de isenção em concursos públicos, com alteração da Lei n° 19.587, de 10 de janeiro de 2017.

A propositura tem a finalidade de acrescentar um parágrafo ao art. 23 da legislação, que estabelece normas gerais para a realização de concursos públicos no âmbito da administração pública estadual com a seguinte redação: "Parágrafo 3°: O período de requerimento de isenção da taxa de inscrição deverá ser de dez dias, no mínimo".

Em sua justificativa, Gomide explica que tal providência é necessária para proteger o direito das pessoas que desejam requerer a isenção da taxa de inscrição, pois atualmente não há qualquer limite e por isso os prazos são muito curtos.

"Prazos de cinco e até três dias não são suficientes para que se possa divulgar o concurso e o período de requerimento de isenção, por isso a medida prevista pelo projeto de lei é benéfica. Ao se definir o mínimo de dez dias, as pessoas interessadas terão a oportunidade de realizar o requerimento, sem que prejudique o cronograma do concurso", acredita Gomide.

Se esses projetos receberem sinal verde do Plenário, nesta segunda e definitiva fase de votação, eles estarão aptos para serem enviados para a sanção governamental.

Proteção à mulher

Os deputados também podem aprovar em segunda fase o projeto de nº 2851/19, de autoria do deputado Paulo Trabalho (PSL). A matéria versa sobre a prioridade no atendimento a mulheres vítimas de violência, desde que dentro do mesmo grau de risco dos demais pacientes, em hospitais, clínicas, postos de saúde e demais estabelecimentos públicos e privados do estado de **Goiás**.

Câncer de mama

Já no rol das propostas em fase de primeira apreciação está o projeto de lei n° 6570/19, proposto pelo deputado Henrique Cesar (PSC), que institui a Política de Educação, Prevenção e Combate ao Câncer de Mama em **Goiás**. De acordo com a proposta, um dos objetivos principais é garantir, num primeiro momento, que a população tenha informações detalhadas sobre atitudes que previnam o surgimento do câncer de mama. Medidas simples que estimulem a mudança de hábitos, tais como, a prática de atividades físicas, o consumo de alimentos saudáveis, o combate ao estresse, à ansiedade e ao tabagismo, dentre outras.

O projeto também prevê a assistência integral à mulher, com medidas que vão desde orientações de como prevenir a doença, a forma de detectá-la ao tratamento e controle da doença, garantindo inclusive o acompanhamento com psicólogos. E, ainda, que instituições públicas e privadas, visando fomentar a campanha de prevenção e combate ao câncer de mama, disponibilizem aos funcionários um dia para que possam se submeter aos exames de diagnóstico da doença. "Essa medida, além de incentivar a prevenção, possibilita que a mulher escolha um dia que garanta a condição ideal para realizar os exames", afirma Henrique Cesar.

Para se tornar lei, a iniciativa precisa ser aprovada em duas fases de votação no Plenário da Assembleia Legislativa para então seguir à sanção do governador.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta terça-feira, 26, consulte a pauta prévia.

Votações da última semana

Na semana passada, os deputados realizaram um total de três sessões ordinárias. Nos três encontros, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para votações e 65 deliberações foram realizadas. As apreciações recaíram sobre proposições assinadas por deputados e pela Governadoria. Entre os processos apreciados, 14 foram votados em definitivo e seguiram para a sanção do governador Ronaldo Caiado, sendo que 11 são iniciativas parlamentares e três oriundos da Governadoria.

Durante a última semana, ainda, entraram em tramitação na **Alego** outros 37 processos legislativos. Desses, 26 são referentes a projetos de lei ordinária, sendo 21 de iniciativa parlamentar e cinco assinados pelo governador Ronaldo Caiado. Esses processos foram encaminhados para apreciação das comissões técnicas e podem constar, em breve, da pauta de votações do Plenário.

Além desses, a **Alego** recebeu, ainda, um projeto de lei complementar, um veto integral, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), um comunicado do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) e sete relatórios provenientes da Secretaria de Estado da Saúde (SES).

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento

(portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Agência Assembleia de Notícias

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/120989/pauta-de-hoje-tem-projetos-parlamentares-do-executivo-e-do-tce

Reconstrução de rodovias pela Agetop provocam prejuízos de R$ 5 milhões

A fiscalização do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), realizada em 20 trechos rodoviários reconstruídos pela então Agetop no Programa Rodovida, apontou irregularidades em 84% dos 912 km escolhidos como amostra, no que toca aos aspectos de durabilidade dos serviços e a exigência do cumprimento da garantia legal de obras de infraestrutura do respectivo programa. A auditoria constatou que, além de não exigir o cumprimento da garantia, a Agetop pagou R$ 5.246.612,45 a outras empresas para reconstrução das obras, o que caracteriza dano ao erário.

O relator do processo, **conselheiro Celmar Rech**, mencionou em seu voto que "os problemas encontrados têm o condão de reduzir a durabilidade das obras, onerar os custos de manutenção das vias, comprometer a trafegabilidade e colocar em risco a vida das pessoas". Além disso, destacou ainda que o relatório apontou a ocorrência de irregularidades na execução dos serviços decorrentes do programa, sendo que 84% da amostra inspecionada apresentou comprometimento, mesmo se tratando de obras recentes, "com algum tipo de manifestação patológica, como panelas, remendos, trincas localizadas e sistêmicas, afundamentos e desgastes severos", ressaltou.

Ainda segundo o relator, a Agetop argumentou, em suas razões de defesa, apenas que as contratações não exigiam que a empresa executora fosse responsável pela disponibilização de funcionários mobilizados durante os cinco anos e que, por isso, precisariam de equipe de engenheiros de que não dispunham para tratar da questão, mas que já teriam solicitado a realização de concurso público para suprir essa necessidade.

O **TCE**-GO frisou que a legislação define que os construtores respondem pela garantia dos serviços pelo prazo de cinco anos, mas a Agetop, sob alegação de não dispor de equipe suficiente para controlar a situação, não exigiu os reparos das empreiteiras.

Com relação às justificativas de que as falhas encontradas seriam pontuais e oriundas de limitações de quadro técnico e de falhas de condução de processo pelo setor jurídico, **Celmar Rech** destacou que "apenas quatro dos 25 subtrechos vistoriados reuniam índices com soma de manifestações patológicas inferiores à média, o que comprova serem as irregularidades sistêmicas. Portanto, tratando-se de questões recorrentes, inclusive já reportadas anteriormente por esta corte, caberia à alta administração a priorização de ações para regulamentar, alocar recursos, organizar equipes e monitorar a operação para viabilizar, de forma coordenada, o cumprimento da exigência legal em questão. Nenhum esforço nesse sentido foi demonstrado nos autos", afirmou.

Prejuízos

Durante o trâmite do processo, a Agetop chegou a iniciar procedimentos para buscar o ressarcimento dos valores pagos indevidamente, mas nunca os concluiu. O **conselheiro** relator esclareceu que o então presidente da estatal, Jayme Eduardo Rincon, já havia sido alertado anteriormente pelo **TCE** quanto aos defeitos precoces, contudo, não adotou providências para tratar a irregularidade. "Assim, a conduta dos responsáveis e o nexo de causalidade restam configurados mediante a ausência do esperado zelo com vistas ao cumprimento da legislação pertinente e à boa gestão do patrimônio público, motivo pelo qual entendo pela necessidade de aplicação de multa", concluiu.

Além de multados o ex-presidente da Agetop e o ex-diretor de manutenção e operação da prestadora de serviço, Francisco Humberto Moreira, a decisão determinou à **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra), sucessora da Agetop, a instauração e conclusão de tomada de contas especial em 180 dias. O procedimento é o rito formal necessário para que os valores devidos ao erário sejam restituídos pelos responsáveis.

A reportagem entrou em contato com a Goinfra, sucessora da Agetop, e solicitou um posicionamento sobre o caso. Entretanto, não obteve retorno até o fechamento desta edição. (Especial para O Hoje)

Site:
https://ohoje.com/noticia/cidades/n/1351452/t/reconstrucao-de-rodovias-pela-agetop-provocam-prejuizos-de-r-5-milhoes/

Pauta de hoje tem projetos parlamentares, do Executivo e do TCE

A **Assembleia Legislativa de Goiás** realiza nesta terça-feira, 26, sessão ordinária e na pauta constam 64 matérias de iniciativas parlamentares, da Governadoria e do **Tribunal de Contas do Estado**. São 21 projetos de lei dos deputados para votação definitiva e 39 em fase de 1ª apreciação. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Site: https://brasilemfolhas.com/2021/10/pauta-de-hoje-tem-projetos-parlamentares-do-executivo-e-do-tce/

Tem início a sessão ordinária híbrida desta terça-feira, 26

No exercício da presidência, o deputado Henrique Arantes (MDB) declarou aberta a sessão ordinária híbrida desta terça-feira, 26. Na pauta de votação desta sessão, constam 64 matérias, que contemplam iniciativas parlamentares, da Governadoria e do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO).

Site: https://brasilemfolhas.com/2021/10/tem-inicio-a-sessao-ordinaria-hibrida-desta-terca-feira-26/

Pauta de hoje tem projetos parlamentares, do Executivo e do TCE

Da Redação

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) realiza nesta terça-feira, 26, a primeira sessão deliberativa da última semana de votações do mês de outubro. Na Ordem do Dia constam, para apreciação dos deputados, 64 matérias que contemplam iniciativas parlamentares, da Governadoria, e do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO).

A sessão, com início às 15 horas, será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getulino Artiaga, e outra parte diretamente de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Para a reunião, a pauta traz 21 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva e 39 em fase de primeira apreciação. Podem ser analisados, também, dois projetos de lei do Poder Executivo em definitivo e, em apreciação única, um veto parcial a projeto de lei aprovado anteriormente pelos parlamentares, além de um parecer prévio , oriundo do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva destacam-se as duas propostas da Governadoria que promovem alterações na Lei nº 20.491, de 25 de julho de 2019, a qual estabelece a organização administrativa do Poder Executivo. O primeiro desses projetos é o de nº 7674/21 . cujo texto versa sobre a inserção do Conselho Estadual de Irrigação entre as unidades que compõem a estrutura básica da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa).

De acordo com justificativa apresentada, a reordenação institucional da Seapa atende à necessidade de compatibilização da legislação alterada com a Lei nº 18.995, de 3 de setembro de 2015, e também para a facilitação da consulta e da manutenção do arcabouço legislativo goiano. "O ato normativo em referência, ao dispor sobre a Política Estadual de Agricultura Irrigada, instituiu o referido conselho na estrutura básica do órgão responsável pelos projetos de irrigação de interesse do estado de **Goiás** sem, contudo, mencioná-lo no diploma que rege a organização administrativa estadual", coloca o governador Ronaldo Caiado (DEM), em mensagem à **Alego**.

Já o projeto de lei nº 7750/21 altera a referida legislação com o objetivo de, especificamente, modificar a estrutura organizacional da **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra). A medida cria, com os respectivos cargos de provimentos em comissão, a Assessoria de Assuntos Ambientais, unidade da estrutura básica, vinculada ao gabinete do presidente da Goinfra; e, também, a Gerência de Melhoramentos Rodoviários e Urbanos, unidade da estrutura complementar, vinculada à Diretoria de Manutenção.

A criação da Assessoria de Assuntos Ambientais busca regularizar e segregar as competências da Assessoria Estratégica da Presidência, que atualmente possui dois cargos de Assessor Especial, símbolo DAS-4. Dessa forma, as competências serão desmembradas entre as ações ambientais e as demais atividades de assessoramento. De acordo com justificativa do Governo, isso proporcionará uma melhor gestão das unidades.

Por sua vez, a criação da Gerência de Melhoramentos Rodoviários e Urbanos tem a finalidade de viabilizar a execução de obras para melhorar as condições de tráfego nas rodovias estaduais e nas cidades goianas. Essa unidade administrativa será competente para analisar, orçar, gerenciar e executar os projetos de melhorias dos pavimentos asfálticos rodoviários e dos municípios decorrentes de convênios firmados pela Goinfra.

Concursos públicos

Também para votação definitiva, a pauta da sessão ordinária de hoje traz o projeto de lei nº 4586/19 , de autoria do deputado Antônio Gomide (PT), que versa sobre prazo mínimo de requerimentos de isenção em concursos públicos, com alteração da Lei n° 19.587, de 10 de janeiro de 2017.

A propositura tem a finalidade de acrescentar um parágrafo ao art. 23 da legislação, que estabelece normas gerais para a realização de concursos públicos no âmbito da administração pública estadual com a seguinte redação: "Parágrafo 3°: O período de

requerimento de isenção da taxa de inscrição deverá ser de dez dias, no mínimo".

Em sua justificativa, Gomide explica que tal providência é necessária para proteger o direito das pessoas que desejam requerer a isenção da taxa de inscrição, pois atualmente não há qualquer limite e por isso os prazos são muito curtos.

"Prazos de cinco e até três dias não são suficientes para que se possa divulgar o concurso e o período de requerimento de isenção, por isso a medida prevista pelo projeto de lei é benéfica. Ao se definir o mínimo de dez dias, as pessoas interessadas terão a oportunidade de realizar o requerimento, sem que prejudique o cronograma do concurso", acredita Gomide.

Se esses projetos receberem sinal verde do Plenário, nesta segunda e definitiva fase de votação, eles estarão aptos para serem enviados para a sanção governamental.

Proteção à mulher

Os deputados também podem aprovar em segunda fase o projeto de nº 2851/19 , de autoria do deputado Paulo Trabalho (PSL). A matéria versa sobre a prioridade no atendimento a mulheres vítimas de violência, desde que dentro do mesmo grau de risco dos demais pacientes, em hospitais, clínicas, postos de saúde e demais estabelecimentos públicos e privados do estado de **Goiás**.

Câncer de mama

Já no rol das propostas em fase de primeira apreciação, está o projeto de lei n° 6570/19 , proposto pelo deputado Henrique Cesar (PSC), que institui a Política de Educação, Prevenção e Combate ao Câncer de Mama em **Goiás**. De acordo com a proposta, um dos objetivos principais é garantir, num primeiro momento, que a população tenha informações detalhadas sobre atitudes que previnam o surgimento do câncer de mama. Medidas simples que estimulem a mudança de hábitos, tais como, a prática de atividades físicas, o consumo de alimentos saudáveis, o combate ao estresse, à ansiedade e ao tabagismo, dentre outras.

O projeto também prevê a assistência integral à mulher, com medidas que vão desde orientações de como prevenir a doença, a forma de detectá-la ao tratamento e controle da doença, garantindo inclusive o acompanhamento com psicólogos. E, ainda, que instituições públicas e privadas, visando fomentar a campanha de prevenção e combate ao câncer de mama, disponibilizem aos funcionários um dia para que possam se submeter aos exames de diagnóstico da doença. "Essa medida além de incentivar a prevenção, possibilita que a mulher escolha um dia que garanta a condição ideal para realizar os exames", afirma Henrique Cesar.

Para se tornar lei, a iniciativa precisa ser aprovada em duas fases de votação no Plenário da Assembleia Legislativa para então seguir à sanção do governador.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta terça-feira, 26, consulte a pauta prévia .

Votações da última semana

Na semana passada, os deputados realizaram um total de três sessões ordinárias. Nos três encontros, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para votações e 65 deliberações foram realizadas. As apreciações recaíram sobre proposições assinadas por deputados e pela Governadoria. Entre os processos apreciados, 14 foram votados em definitivo e seguiram para a sanção do governador Ronaldo Caiado, sendo que 11 são iniciativas parlamentares e três oriundos da Governadoria.

Durante a última semana, ainda, entraram em tramitação na **Alego** outros 37 processos legislativos. Desses, 26 são referentes a projetos de lei ordinária, sendo 21 de iniciativa parlamentar e cinco assinados pelo governador Ronaldo Caiado. Esses processos foram encaminhados para apreciação das comissões técnicas e podem constar, em breve, da pauta de votações do Plenário.

Além desses, a **Alego** recebeu, ainda, um projeto de lei complementar, um veto integral, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), um comunicado do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) e sete relatórios provenientes da Secretaria de Estado da Saúde (SES).

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais

3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube .

Site: https://www.gazetaplay.com.br/pauta-de-hoje-tem-projetos-parlamentares-do-executivo-e-do-tce/